

FONTES PARA A HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: VITÓRIA DA CONQUISTA E REGIÃO – A ECONOMIA REGIONAL NAS FONTES DA JUSTIÇA DO TRABALHO (1963-1972)

Danilo Pinto da Silva

Graduando em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

E-mail: danilohist@gmail.com

Palavras-chave: Economia regional. Justiça do Trabalho. Relações Trabalhistas

A região que compreende o Sudoeste baiano, ou Planalto da Conquista, é caracterizada pela existência de uma vasta vegetação: cerrado, caatinga, agrestes mata do cipó e, secundariamente, mata atlântica compõem o cenário desta área que foi nomeada originalmente, nos documentos oficiais, como o Sertão da Ressaca. No período colonial, o interesse da coroa portuguesa pela região só ocorreu com o declínio das minas auríferas situadas entre Minas Gerais e a região de Rio de Contas. A exploração desta, como de outras regiões do interior do país, esteve associada à busca de novas jazidas e resultou no domínio de áreas não nobres, que acabaram por se tornar pontos estratégicos do ponto de vista geopolítico e por fortalecer os mecanismos da dinâmica colonizadora.

O processo de desbravamento da nova região, iniciada com Pedro Leolino, passando pelo mestre de campo João da Silva Guimarães e concluída pelo Capitão-mor João Gonçalves da Costa, resultou na dominação e extermínio de populações indígenas locais, como os grupos dos Mongoiós (Kamakã), Imborés (Aymoré) e Pataxós (Maxacalí). O domínio da nova região revelou a impossibilidade de sua ordenação econômica em torno da exploração das fontes auríferas, como ocorrera na região de Rio de Contas. Consequentemente, foram introduzidas atividades fixadoras e produtivas: inicialmente a pecuária, que teve um importante papel na fixação do homem na região; posteriormente, o comércio e, secundariamente, a agricultura, voltada para as necessidades básicas da população.

Das primeiras fazendas de gado nasceu o Arraial da Conquista, que passou à condição de município da Imperial Vila da Vitória no ano de 1840.¹ Segundo Tanajura (1992), o gado se constitui na motivação que deu origem ao primeiro núcleo populacional, tanto quanto a

¹ LEI PROVINCIAL, n. 124, 19 maio 1840.

ação de João Gonçalves da Costa e seus familiares ao fundarem o Arraial da Vitória. Vitória da Conquista chegou à condição de cidade em 1º de Junho de 1891 e, segundo Fontes (2009),

vai se tornando, com passar do tempo, num prosseguir lento e, às vezes, em ciclos mais acelerados, o epicentro de um vasto território, interagindo com fluxos humanos, econômicos, administrativos, políticos e culturais de toda a região do Centro-Sul do estado e Norte de Minas (FONTES, 2009).

Entre o final do século XIX e o início do XX, o município se projetou como importante área de produção agropecuária e intermediária das relações comerciais entre o litoral e regiões do seu entorno. No final dos anos 1920, as conexões produtivas entre Vitória da Conquista e os outros centros urbanos foram dinamizadas pela construção de uma rodovia e pela ferrovia Jequié-Nazaré. Esses novos vetores contribuíram, ainda, para o estabelecimento de um fluxo econômico entre a região e a capital.

Devido à sua posição estratégica, e em virtude das novas vias de comunicação abertas na década de 1940, como a BR 116 e o trecho rodoviário Ilhéus- Lapa, Vitória da Conquista passou a ser um importante entreposto comercial e a exercer maior influência nas relações mercantis. A BR 116, neste trecho, também nomeada Rio-Bahia, uma importante rodovia que corta o Brasil de Norte a Sul, desde o Ceará até o Rio Grande do Sul, proporcionou tanto o crescimento populacional, vinculado à imigração, quanto o desenvolvimento econômico para Região Sudoeste da Bahia (SILVESTRE, 2004, p. 8).

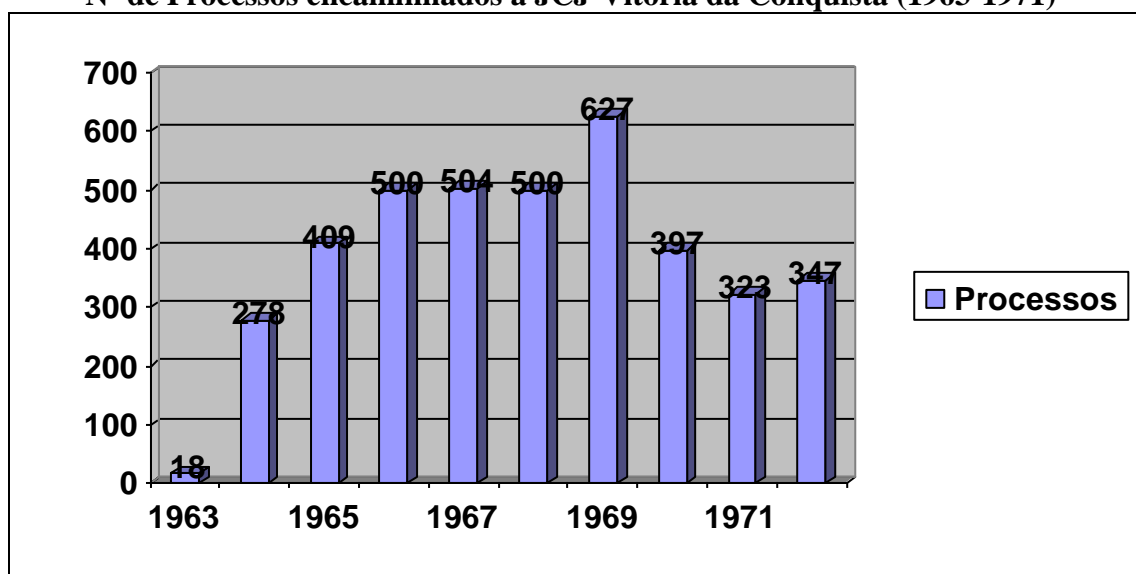
No final da década de 1950 e início dos anos 1960, Vitória da Conquista já possuía um comércio sólido, reafirmando sua vocação de mediadora na vida comercial da região Sudoeste. No contexto das ações desenvolvimentistas do governo JK, nas áreas da indústria automobilística, das construções e modernização de eixos rodoviários, Vitória da Conquista viu reforçada a sua vocação como espaço de entreposto durante a década de 1960, o que serviu de estímulo ao seu crescimento urbano e populacional.

Mas o crescimento econômico de uma cidade subordinada ao modo capitalista de produção comporta, contraditoriamente, um grande avanço para um pequeno grupo que detém o capital explora a mão-de-obra dos assalariados. Para mediar as relações entre patrões e empregados, surgiu no Brasil, desde a década de 1930, como parte de um complexo de transformações modernizadoras implementada sob o governo Vargas, a Justiça do Trabalho. Na relação entre explorado e explorador a Justiça do Trabalho desempenha de uma forma geral, um importante papel na formação dos trabalhadores, enquanto classe jurídica (SILVA, 2008, p. 166).

Em Vitória da Conquista, a Justiça do Trabalho, aqui representada por uma Junta de Conciliação e Julgamento foi implantada em 1963. Subordinada à 5ª região do Tribunal Regional do Trabalho, a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) abrangia, inicialmente, além de Vitória da Conquista, os municípios de Itambé e Itapetinga. Os dados que emanam da documentação produzida no âmbito da JCJ são importantes testemunhos do desenvolvimento da economia de Vitória da Conquista.

O número de processos trabalhistas encaminhados JCJ de Conquista entre 1963 e 1972, como pode ser verificado no Gráfico 1, indica o dinamismo de uma economia cujo crescimento contínuo foi afetado por um brusco refluxo nos últimos anos da década de 1960, fenômeno largamente ressaltado pelos jornais locais.

Gráfico 1
Nº de Processos encaminhados à JCJ-Vitória da Conquista (1963-1971)

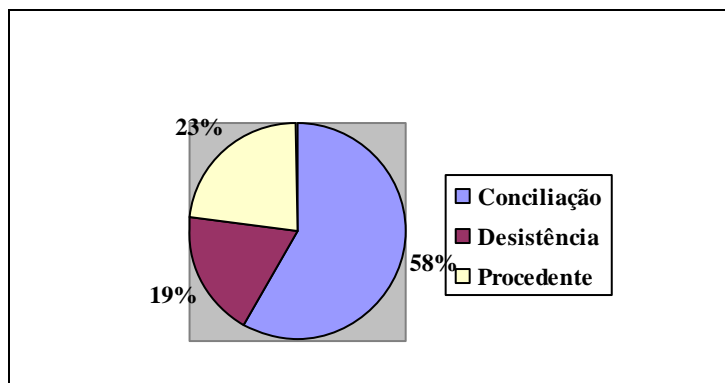


Fonte: UESB/ Laboratório de História Social do Trabalho. Fundo: Tribunal de Justiça do Trabalho. Seção: Processos Trabalhistas.

Os dados revelam, por outro lado, a insatisfação dos trabalhadores nas suas relações com os empregadores, mas, também, a importância da Justiça do Trabalho como uma instituição de referência para os empregados, esperançosos de sair vitoriosos em seus litígios com os patrões. Os processos traziam como principais reivindicações o pagamento de férias, 13º, horas extras, assinatura da carteira de trabalho e outros direitos trabalhistas assegurados pela CLT desde o período Vargas. Como pode ser demonstrado no Gráfico 2, apenas 23% dos processos encaminhados à junta no período foram julgados procedentes, 58% resultaram em

conciliação entre as partes e 19% na desistência dos trabalhadores, muitas vezes, mas nem sempre, em decorrência de acordos realizados fora dos tribunais.

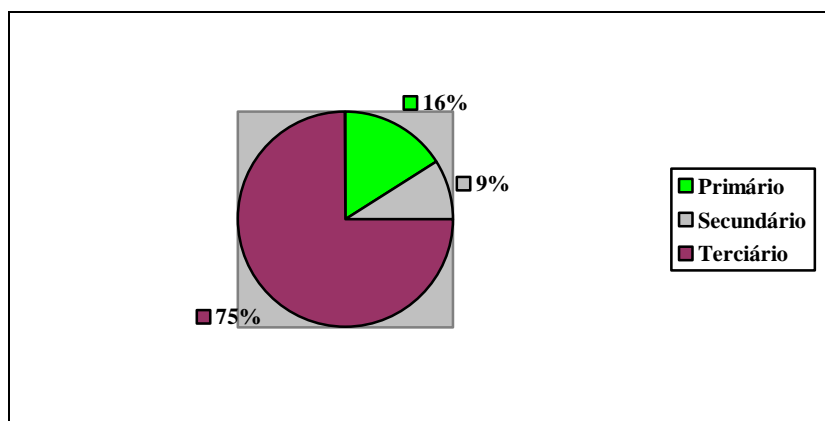
Gráfico 2
Resultados dos Processos de Reclamações Trabalhistas encaminhados à JCJ de Vitória da Conquista (1963-1972)



Fonte: UESB/ Laboratório de História Social do Trabalho. Fundo: Tribunal de Justiça do Trabalho. Seção: Processos Trabalhistas

Os dados extraídos da documentação produzida no âmbito da JCJ são importantes testemunhos do desenvolvimento da economia de Vitória da Conquista. Como pode ser observado no Gráfico 3, predominam, entre os empregadores acionados na Justiça do Trabalho, aqueles associados ao setor terciário da economia.

Gráfico 3
Setores da economia envolvidos nos processos trabalhistas encaminhados à JCJ de Vitória da Conquista (1963-1972)

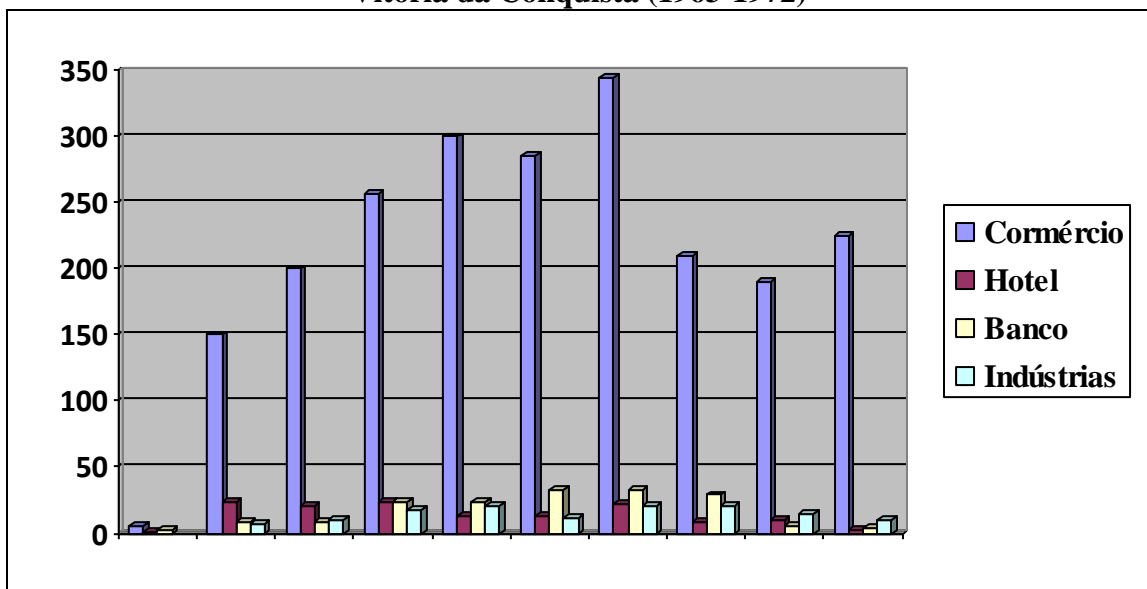


Fonte: UESB/ Laboratório de História Social do Trabalho. Fundo: Tribunal de Justiça do Trabalho. Seção: Processos Trabalhistas.

Até o final da década de 1960, a maior parcela da zona rural de Vitória da Conquista ainda era ocupada por pastagens, pela agricultura de subsistência e pelo cultivo de mandioca e de mamona. O anos 60 trouxeram uma dinamismo para economia local, com a implanção de bancos, hotéis, indústrias, que contribuíram para fortalecer ainda mais o comércio. Hoteleiros, industriários, bancos, principalmente comerciantes, aparecem de forma predominante, na condição de empregadores, nos processos trabalhistas que se avolumam na primeira década de existência da JCJ de Vitória da Conquista, como pode ser visualizado no Gráfico 4.

Gráfico 4

Natureza das empresas citadas nos processos trabalhistas encaminhados à JCJ de Vitória da Conquista (1963-1972)



Fonte: UESB/ Laboratório de História Social do Trabalho. Fundo: Tribunal de Justiça do Trabalho. Seção: Processos Trabalhistas.

Na década 70 inicia-se um novo ciclo político e econômico em Conquista, que se desdobra com a instalação do Distrito Industrial dos Imborés e da introdução da lavoura cafeeira. Em 1972, Vitória da Conquista foi contemplada pelo Plano de Renovação e Revigoração da Cafeicultura, do Governo do General Médici. Com o objetivo de ampliar a área semeada de café, produto bastante valorizado no mercado internacional, foram oferecidos subsídios aos interessados em abrir cafezais. No período subsequente Vitória da conquista se projeta como “uma verdadeira capital regional”, como salienta Fontes (2009), tornando-se

referência para o interior baiano e centro de desenvolvimento regional com repercussões no plano da economia, da organização da vida social e na dinâmica política do município.

Referências

FONTES, José Raimundo. *O novo ciclo de desenvolvimento de Vitória da Conquista*. Disponível em: <www.conquistadetodos.com.br/artigos>. Acesso em: 03 set. 2009.

SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In HEINZ, Flávio M; HARRES, Marluza Marques (Orgs.). *História e seus territórios: Conferência do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

AGENDA 21. *A Conquista do Futuro: diretrizes de ação para o desenvolvimento sustentável*. Afonso Silvestre (Org.). Vitória da Conquista: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2004.

TANAJURA, M. *História de Conquista: crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: Edição UESB, 1992.